jul / ago / set . série IX . número 6 . PVP €2,00

A SOLIDARIEDADE, JUSTIÇA E LIBERDADE É O QUE NOS FAZ

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

MUROS, BARREIRAS E VEDAÇÕES

QUANDO HÁ OBSTÁCULOS EM VEZ DE SOLIDARIEDADE

À LUPA

30 anos do massacre de Tiananmen

RADAR

Direitos humanos em causa na Venezuela

EM ESTREIA

Exposição: "Tell the world about us"

NESTA EDIÇÃO:

04
NOTÍCIAS DA DIREÇÃO

06
DOSSIÊ: MUROS, BARREIRAS, VEDAÇÕES

20
À LUPA: 30 ANOS DEPOIS DO MASSACRE DE TIANANMEN

20
"TELL THE WORLD ABOUT US", EXPOSIÇÃO

32
ESTRUTURAS A AGIR

Imagem da capa: Fronteira EUA / MÉXICO, Abril 2019 © Alli Jarrar, USA/Canada Campaigner

A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto (diretor-executivo)

Equipa Editorial:

Diretor - Paulo Fontes
Coordenação - Irene Rodrigues
Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

Colaboram neste número: Ana Carina Figueiredo, Filipa Mourão, Grupo de Viseu, Irene Rodrigues, José Alexandre Silva (dossiê), Maria Serrano, Miguel Ferreira, Pedro Galinha, Rosalina Xarepe, Rune Eraker, Sérgio Loureiro.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA INTERNACIONAL

CONTACTOS
Amnistia Internacional Portugal
Rua do Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

revista@amnistia.pt
info@amnistia.pt
(assuntos relacionados com donativos mensais)

www.amnistia.pt

facebook.com/aiportugal

twitter.com/AmnistiaPT

instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

IRENE RODRIGUES
Coordenação editorial

Ao receber esta revista notou-lhe alguma diferença? Deve ter percebido de imediato que tinha mais páginas e ao folheá-la percebeu diferenças no conteúdo. É verdade, continuamos a querer fazer uma revista cada vez melhor. Conteúdos mais apelativos e com abordagens mais globais e com forte componente de imagem. A mudança está curso e, em cada número, faremos os ajustes necessários para aproximar esta revista do que sonhámos: uma publicação de referência em matéria de direitos humanos e uma ferramenta de mudança.

O tema central são os muros, as barreiras, as vedações como obstáculo à concretização dos direitos humanos. Falamos em muros, porque o Presidente Trump quer criar um obstáculo à entrada de migrantes e refugiados nos Estados Unidos. Falamos das alterações climáticas que serão barreiras à vida das pessoas que vivem em países que já estão a ser afetados pelas rápidas alterações. E das vedações que, na Europa, se erguem para impedir a entrada de quem foge para salvar a vida ou procurar uma vida melhor. Em todas estas situações são os direitos humanos que estão em causa.

Nesta nova abordagem damos lugar a ensaios fotográficos, porque, por vezes, como diz a expressão, "uma imagem vale mais do que mil palavras" e nos casos que publicamos na revista, vale mesmo. Contamos em imagens a situação dos rohingya que se encontram no maior campo de refugiados no Bangladesh. Também mostramos o outro lado de quem está privado de liberdade e que foi captado por um fotografo norueguês, Rune Eraker, que irá mostrar em breve, no Porto, estas e outras fotografias do seu projeto "Tell the world about us".

Mantemos o pedido à ação, com os apelos mundiais e os respetivos postais, que devem ser enviados depois de assinados, para podermos continuar a dar boas notícias. Mantivemos tudo e acrescentámos rúbricas, porque sentimos que estavam em falta.

Esta publicação é um trabalho em construção e para continuar a melhorar, queremos que nos dê a sua opinião.

Esperamos que goste.

Boas leituras,
Irene

CALENDÁRIO DE ATIVISMO

JULHO

18 Dia Internacional de **Nelson Mandela**

30 Dia Mundial contra o **Tráfico de seres humanos**

AGOSTO

9 Dia Internacional dos **Povos Indígenas** do Mundo

30 Dia Internacional dos **Desaparecidos**

SETEMBRO

16 Dia Internacional para a **Preservação da Camada do Ozono**

21 Dia Internacional da **Paz**

ANTENA 2
CASOS DA AMNISTIA
6ª feiras . 12h30 . 18h30
www.amnistia.pt/**programa-radio-casos-da-amnistia**

Direitos Humanos, uma resposta

Vivemos tempos de desafios. Certos discursos que pensávamos perdidos na História ressurgiram em várias partes do mundo, assumindo novas formas, mas tendo por base as mesmas ideias.

Alguns políticos concretizaram a máxima "dividir para reinar", através de discursos tóxicos, desumanizadores ("nós contra eles"), e muitas vezes com uma mensagem demoníaca dos Direitos Humanos (DH), criando a ideia de que estes não são um bem em si mesmos, ao serviço de todos/as, através do seu carácter universalista, mas sim uma "arma" para retirar privilégios ou ameaçar o bem-estar mais ou menos fictício de uma reduzida parte da população mundial.

Estes políticos não compreenderam (e continuam a não compreender) a batalha, a maior deste século, que a humanidade terá de travar contra as alterações climáticas, tão potenciadoras de ainda maiores desequilíbrios na efetivação dos Direitos Humanos.

A Amnistia Internacional coloca-se nesta equação como potencial mitigador das fragilidades do sistema internacional de DH, tendo avançado com um contra discurso, presente na ação *Restart Your Speech*, em que nos pede, a nós, membros, voluntários/as e ativistas, um discurso positivo como estratégia unificadora, que traga para cena o fundamental da nossa existência: o amor, a amizade, a fraternidade/sororidade, que permita refletir o tipo de sociedade que queremos.

O mesmo se diga em relação à já mencionada batalha para travar às alterações climáticas.

Nas suas teorias da mudança, há alguns anos, a Amnistia introduziu a temática do direito ao ambiente saudável para todos/as, como imprescindível para as novas políticas e posições a definir pela nossa organização, tendo já determinado uma posição sobre as alterações climáticas e os direitos humanos, que assume uma grande importância nos tempos atuais, face ao crescente ativismo, mesmo em Portugal, como é o caso das greves climáticas.

Como afirmou o nosso secretário-geral, Kumi Naidoo, em agosto passado, "O nosso mundo enfrenta hoje problemas

© Amnistia Internacional

mais complexos, que só podem ser combatidos se nos afastarmos das velhas ideias de que os Direitos Humanos são sobre algumas formas de injustiça, mas não de outras."

Façamos da nossa ação a resposta que a humanidade busca, façamos da nossa visão a alternativa ao discurso de ódio, à ameaça às minorias, às mortes de migrantes, à separação de famílias, ao trabalho infantil, à pobreza em larga escala, aos crimes de guerra, aos bombardeamentos sobre Gaza, aos campos de concentração para minorias na China, à perseguição aos homossexuais na Chechénia. Façamos dos Direitos Humanos o discurso oposto ao discurso do medo. Façamos dos Direitos Humanos uma resposta!

Teremos também nós, como secção, e nós direção, por incumbência de funções, de ter em conta estes pensamentos na nossa definição estratégica.

A nível internacional, participámos nos dias 29, 30 e 31 de março, no segundo Fórum Regional da Europa e Ásia Central, em Paris, Fórum que antecede a Assembleia Global a realizar em agosto, onde foram debatidos os desafios que o movimento enfrenta, ficando patente a solidariedade entre todas as secções, para trilharmos com coragem o caminho estratégico da mudança.

Como referentes de momentos de democracia interna, tivemos também em março mais um Conselho Geral, em Coimbra, onde foram apresentados os documentos a levar à Assembleia Geral, para que as estruturas operacionais pudessem dar o seu parecer, documentos esses que tiveram suporte e apoio neste órgão consultivo. O nosso agradecimento a todas as estruturas e um especial agradecimento ao Grupo de Coimbra pelo apoio na organização.

Em abril, realizou-se a primeira Assembleia Geral (AG) de 2019, em Peniche, cujo apoio logístico da Estrutura local agradecemos.

Na AG, foram eleitos dois novos membros para a direção, Cláudia Ferreira (vogal) e Paulo Côrte-Real (tesoureiro), dando provimento aos novos Estatutos e aos mandatos desencontrados, bem como preenchendo os lugares em falta pelas saídas de Filipa Santos e de Fernando Faria de Castro, a quem esta direção, em nome dos membros, agradece todo o trabalho, dedicação e partilha de visão, para fortalecer a nossa secção. Foram também aprovados, nesta AG, o Relatório de Atividades e o Relatório de Contas de 2018, por unanimidade. Também, por unanimidade, foi aprovada a nova Política de Gestão de Conflitos da secção, uma prioridade estratégica da direção, alicerçada quer nos core standards, quer no crescimento da secção, para permitir novos procedimentos na gestão de possíveis conflitos em contexto organizacional.

A secção aproveitou esta reunião, para num momento à parte, iniciar, pela equipa executiva, o primeiro contacto para auscultação aos membros sobre os próximos Objetivos Estratégicos (2021 – 2026). Enviaremos mais informações acerca desta e outras auscultações, bem como da preparação para a Assembleia Global deste ano.

Acreditamos que só desta forma criamos uma Amnistia Internacional mais forte e mais capaz de fazer dos direitos humanos uma resposta!

LA PLANETE
EST PLUS
ARRÊTE
SKOLSTREJK
FÖR
KLIMATET

© REUTERS/Philippe Wojazer

A ativista Greta Thunberg e o movimento estudantil *Fridays for Future* são os Embaixadores de Consciência da Amnistia Internacional em 2019.

Este movimento foi iniciado por Greta Thunberg, uma adolescente da Suécia, em agosto de 2018. Todas as sextas-feiras, decidiu faltar às aulas e protestar junto ao Parlamento do país, até que fossem tomadas medidas mais sérias para combater as alterações climáticas.

"Todos os jovens que participam nas *Fridays for Future* personificam o que significa agir em consciência. Lembram-nos que somos mais poderosos do que sabemos e que todos nós temos um papel a desempenhar na proteção dos direitos humanos contra a catástrofe climática", afirmou o secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo.

O galardão de Embaixador de Consciência foi criado em 2002 para celebrar pessoas e grupos que promoveram a causa dos direitos humanos, ao agir em consciência, a confrontar a injustiça e inspirar os outros. Entre os vencedores estão nomes como Nelson Mandela e Malala Yousafzai, entre outros.

© Amnesty International

Scott Warren, um defensor de direitos humanos do Arizona, enfrenta um processo judicial por parte do governo dos EUA por espalhar recipientes de água no deserto perto da fronteira Estados Unidos – México para os migrantes.

Foi preso umas horas depois de ter divulgado um relatório onde documentava a destruição intencional de ajuda humanitária por guardas da fronteira. Decorre o julgamento que pode condená-lo a uma pena de 20 anos de prisão.

"Em vez de serem considerados aliados, os defensores dos direitos humanos que prestam este apoio estão a ser tratados como inimigos. Os Estados devem coordenar, organizar e implementar esforços para acolher e direcionar quem arrisca a sua vida e não perseguir quem os ajuda na luta pela sobrevivência", lembrou o diretor executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro Neto.

Sapato de um migrante numa linha de comboio no México
© Amnesty International/Lene Christensen

DOSSIER

Muros, Barreiras, Vedações

Quando se fala de Direitos Humanos sabe-se que é um conceito lato. Ou deveria saber-se. Que vai muito além daquilo está plasmado, *ipsis verbis*, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e que Portugal adotou.

Para dar alguns exemplos, o artigo º1 da declaração diz que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade". Já o artigo 2º garante que "todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania".

Mas nós sabemos que não é bem assim. Em todo o lado, em todo o mundo, em todos os países há sempre alguém que está sempre disposto e disponível para contrariar estes princípios que deveriam ser básicos e simples de respeitar. E, por vezes, as violações aos Direitos Humanos ultrapassam em larga escala aquilo é o "comummente aceite" como tal.

Neste dossiê falamos sobre alguns desses casos, mais ou menos reconhecidos. Desde o mais mediático, que fala do muro entre o México e os Estados Unidos da América, numa diatribe de Donald Trump que tem dado "pano para mangas", passando pela questão das alterações climáticas que, por incúria de muitos, prejudica principalmente os mais desfavorecidos. Abordamos ainda a questão da Europa e da proteção das fronteiras que querem impedir a entrada, a todo o custo, de refugiados e migrantes.

Os Muros

A mais recente notícia é que Donald Trump anunciou, via Twitter, que vai colocar uma tarifa de 5% sobre todas as importações mexicanas para pressionar o país a fazer mais para conter a imigração para os EUA, num movimento tão surpreendente que apanhou desprevenidos todos os mercados. E não ficou por aí, assumindo que pode aumentar de forma gradual até "chegar aos 25%" se o problema não for resolvido.

Esta pode ter sido a resposta que Trump encontrou para contornar a decisão do juiz Haywood Gilliam, do tribunal de Oakland, na Califórnia, que ao dar provimento a uma ação apresentada por um grupo composto por diversas fações da sociedade norte-americana, contra a decisão presidencial de proclamar o Estado de Emergência para, dessa forma, aceder às verbas necessárias para construir o muro.

As Barreiras

No nosso dossiê vamos apresentar um excerto de uma entrevista dada por Kumi Naidoo à última edição da Agir para refletirmos sobre a importância e a ligação efetiva das alterações climáticas à questão dos Direitos Humanos. Mas acreditamos que esta frase resume praticamente tudo: "Esta luta resume-se a proteger a humanidade para que possa viver neste planeta. Se não há seres humanos no planeta, não há direitos humanos. Portanto, é um assunto, por excelência, de direitos humanos".

Vamos apresentar exemplos concretos da Índia e de Moçambique. Mas podia ser em Portugal ou em qualquer outro país europeu. Quem de nós já não pensou, em qualquer altura do ano, que antigamente havia quatro estações bem definidas e que sabíamos o que esperar em cada uma delas? E que agora nunca se sabe quando marcar férias e estamos sempre com o coração nas mãos se vai estar calor naquela semana de férias no Verão ou se vamos ter realmente neve quando queremos dar uma escapadinha de quatro dias no Inverno.

© David Ramos/Getty Images

O que mudou de lá para cá? Mesmo os mais céticos sobre as questões ambientais e das alterações climáticas sabem que o nosso comportamento, como ser humano, não tem sido o adequado. E se é verdade que todos os líderes mundiais têm responsabilidades acrescidas na discussão, todos nós, no nosso dia-a-dia, temos também responsabilidades sobre o assunto. Temos o poder de ajudar na mudança. Mesmo nas pequenas coisas.

As fronteiras e a Europa

O último assunto que gostaríamos que se refletisse é sobre as fronteiras da Europa e todo o "trabalho" que se tem feito para impedir a entrada de refugiados e migrantes, seja por mar ou por terra. Quem acompanha o tema sabe bem o drama que se vive todas as semanas no Mediterrâneo.

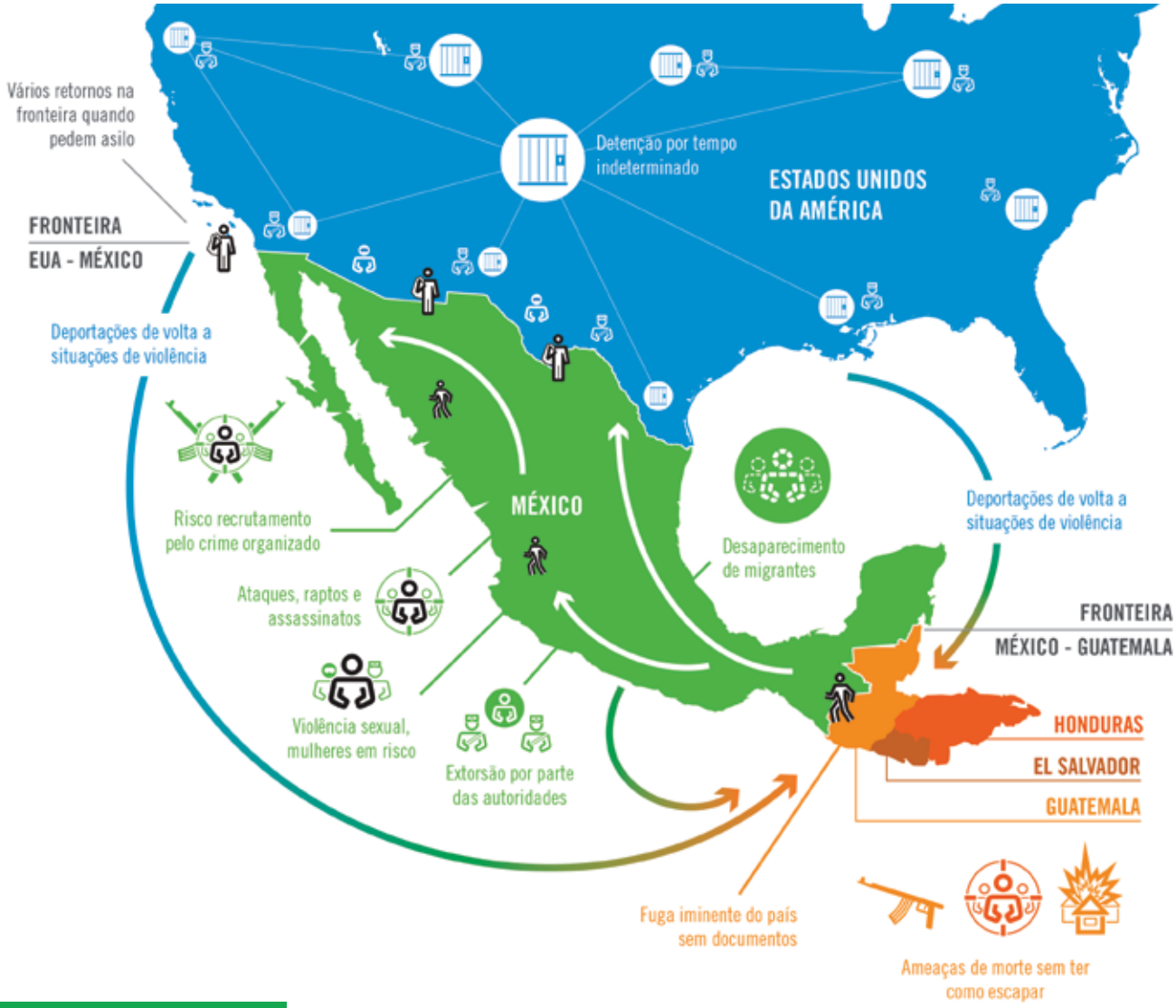
Ainda no passado mês de maio morreram, pelo menos, 70 pessoas de uma embarcação com cerca de 90 a bordo e que saiu da Líbia em direção à Europa. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) até esse dia morreram 164 pessoas, o que equivale a uma morte por cada três migrantes que conseguem chegar a porto seguro.

Também neste âmbito, no final de maio, no decorrer do seminário "Proteção Eficaz de Crianças Refugiadas e Migrantes em Portugal", que decorreu em Lisboa sob a égide conjunta do Conselho da Europa e do ACNUR foram apresentadas as conclusões preliminares do Plano de Ação do Conselho da Europa para a Proteção de Crianças Refugiadas e Migrantes na Europa (2017-2019) e não podiam ser mais preocupantes.

Num trabalho da Agência Lusa publicado, depois, no jornal O Público, o estudo, que incluiu visitas no terreno, assume que todos os estados europeus têm crianças migrantes detidas ou instalações de detenção. Para o Conselho da Europa, esta é uma solução desadequada e expõe as crianças a perigos como o tráfico ou o abuso sexual.

Leia mais em:
amnistia.pt/
muros-barreiras-e-vedacoes

A SITUAÇÃO DOS MIGRANTES E REFUGIADOS NA FRONTEIRA MÉXICO - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



REFUGIADOS E CONFLITOS

70,8 MILHÕES PESSOAS DESLOCADAS = **25,9 MILHÕES** REFUGIADOS + **41,3 MILHÕES** DESLOCADOS INTERNOS + **3,5 MILHÕES** REQUERENTES DE ASILO

[Dados ACNUR, Relatório Tendências Globais 2018]

© Hans Maximo Musielik/Amnesty International

Os muros

1 609 km

Muro proposto por Donald Trump

3 145 km

FRONTEIRA EUA - MÉXICO

A fronteira dos Estados Unidos da América com o México estende-se ao longo de 3145 km, dos quais menos de metade tem um muro ou vedação.

O Presidente Trump quer alterar esta realidade construindo o que resta para "fechar" os EUA a sul.

"A decisão do Presidente norte-americano, Donald Trump - anunciada a 8 de novembro do ano passado - em impor limitações aos direitos das pessoas que procuram asilo chegando às fronteiras do Sul do país é mais uma tentativa para destruir a longa tradição dos Estados Unidos da América de garantir direitos fundamentais a quem busca proteção da perseguição e de ameaças à vida', avaliou o secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo."

Foi desta forma assertiva que a Amnistia Internacional, através do seu máximo representante, denunciou, na altura, uma das decisões mais controversas da administração Trump e que se define em apenas duas palavras: "O Muro". Esta resolução não se pode, no entanto, circunscrever ao que define o dicionário: Obra (geralmente de alvenaria) que separa terrenos contíguos ou forma cerca", pois é muito mais lata e, geralmente, assustadora.

Um muro pode, por isso, ser muito mais que uma obra, ou uma linha que separa dois territórios contíguos. Pode ser, em sentido figurado mas não figurativo, resultado de uma – ou bem mais - má decisão política que ataca sempre aquilo que mais importa. As pessoas que realmente precisam.

Associado ao muro, toda uma política de *persona non grata* dirigida aos migrantes e refugiados - que procuram a salvação e segurança - com a aprovação de leis e políticas de imigração catastróficas e que resultam em situações inimagináveis de pais separados dos filhos à chegada e ambos colocados em jaulas como animais a aguardar, sem fim à vista, a deportação.

E este caso - o originado por Trump – não é mais que a ponta do iceberg de um problema que existe não só nos EUA, mas que tem enfoque, também, na situação de violência extrema vivida na América Central, em países como El Salvador, Guatemala e Honduras, que fazem com que o México e os Estados Unidos sejam muito mais que o "el dorado", sejam apenas e só, o significado de sobrevivência.

© Sergio Ortiz Borbolla/Amnesty International

Vamos recordar...

Quem são algumas das pessoas que tentam chegar a todo o custo ao México e aos Estados Unidos da América? As Nações Unidas classificaram El Salvador como um dos países mais mortais no planeta que não se encontram em zonas de guerra, com mais de 108 homicídios por 100 000 habitantes em 2015. Nas Honduras a taxa é de 63,75 e na Guatemala de 34,99 por 100 000 habitantes. Mais de metade das pessoas mortas nestes três países eram jovens com menos de 30 anos!

Diversas equipas de investigação da Amnistia Internacional estiveram no terreno a acompanhar a caravana que rumou da América Central para Norte, desde a fronteira da Guatemala com o México e já dentro deste país, tendo entrevistado pessoas que querem asilo nos EUA, incluindo famílias com crianças e idosos.

Na caravana, que deu muito que falar desde o passado mês de Outubro, estavam milhares de famílias. Estima-se que aproximadamente 7 000 pessoas passaram a fronteira da Guatemala para o México, na tentativa de escaparem à violência e às condições precárias de vivência nas Honduras assim como em outros países da América Central, com o propósito de reconstruirem as suas vidas em segurança.

O trabalho da Amnistia

A Amnistia Internacional documentou muitos casos de pessoas e famílias em fuga das Honduras e dos outros dois países do Triângulo Norte da América Central (Guatemala e El Salvador) por terem sido visadas com ameaças de morte e violência. Estes são países com algumas das mais elevadas taxas de homicídios do mundo – nas Honduras, por exemplo, a taxa de homicídio é 800 vezes mais elevada do que nos EUA.

A caravana de requerentes de asilo da América Central não é, nem nunca foi, uma ameaça à segurança. São pessoas sob ameaça que procuram segurança. É um movimento de pessoas, de famílias, com medos, esperanças e sonhos – e todas merecem alcançar proteção.

Para além de todo o acompanhamento, a Amnistia tem sido assertiva na defesa de todos os que pugnam por um futuro melhor. Para Kumi Naidoo, o direito a asilo "não é um vazio legal, é uma tábua de salvação". "A política [anunciada por Trump] põe as vidas de milhares de pessoas desnecessariamente em risco. As leis dos Estados Unidos determinam expressamente que todas as pessoas podem tentar obter asilo, estejam ou não num ponto oficial de entrada no país", explica. "Para lá da retórica desumanizadora de Trump estão mães e pais e crianças em fuga de situações extremamente perigosas e a enfrentarem uma viagem com enormes riscos porque não têm outra escolha se não a de partirem das suas casas" sublinha ainda Kumi Naidoo.

Das boas notícias

Do tempo da exposição mediática para cá, a administração de Trump tem tentado tudo por tudo para conseguir financiamento legal para construir o muro. Mas na última semana de maio sofreu mais um revés, quando um juiz federal norte-americano impediu a decisão do Governo de utilizar cerca de 5,9 mil milhões de euros do orçamento do Departamento de Defesa para a construção de um muro na fronteira com o México.

A decisão do juiz Haywood Gilliam, do tribunal de Oakland, na Califórnia, deu razão a uma união formada por 20 estados norte-americanos, a maioria governada por democratas, uma organização ambientalista e outra de direitos civis, que avançaram contra a declaração do estado de emergência proclamada, como derradeiro argumento disponível, por Trump no passado mês de Fevereiro, para conseguir o financiamento pretendido.

No entanto, sabemos da perseverança de Trump quando quer levar a sua vontade avante. Mas também temos a certeza que as instituições existem para proteger os mais desfavorecidos e que, no limite, como cantava David Bowie, em Heroes, o amor vence sempre. Contra qualquer muro. Neste caso, o mais famoso de todos: o de Berlim.

© Shaikh Mohir Uddin/Drik/Majority World/Getty Images

© TBC

As barreiras

No alto dos seus 16 anos, Greta Thunberg assume, nos dias que correm, a principal imagem da responsabilização das alterações climáticas. A última declaração da jovem ativista, no Austrian World Summit, que decorreu na derradeira semana de maio, em Viena, foi taxativa, mas uma repetição daquilo que, desde sempre, a Amnistia Internacional tem dito ao longo dos anos: "o aquecimento global é a maior crise humanitária alguma vez vivida".

Sabemos que vai haver quem leia esta afirmação e que vai sorrir. Como aquelas cantigas que se dá no ensino Secundário, as de escárnio e maldizer. Possivelmente porque desvaloriza o problema ou, então, não valoriza porque, enfim, sabe que apesar das mudanças climáticas dos últimos anos, isto é, não se sabe bem quando chove ou quando vai estar calor, que este é um problema que não será seu, será, dramaticamente, das próximas gerações.

É neste egoísmo rebuscado que vivemos. Tanto no nosso dia-a-dia, possivelmente um bocadinho em nossas casas, mas sobretudo no quotidiano de alguns dos lideres mundiais com poder decisório, que tardam em implementar as melhores decisões em prol de um bem comum, o mundo em que vivemos. Lá está, o meu umbigo é muito mais importante.

O suicídio indiano

Quem estiver atento à comunicação social e a esta temática em questão, sabe que regularmente a questão das alterações climáticas vai aparecendo. Mas, por vezes, não nos interessa. Por qualquer motivo, nem que seja a manifesta falta de tempo para tudo, quanto mais para ler. É por isso que, em breves parágrafos, vamos recordar pequenos momentos. Dramáticos. Verdadeiros. E que preocupam.

© Wilker Dias

Em Agosto de 2017 Tammy A. Carleton foi a autora de um estudo publicado pela Academia de Ciência dos Estados Unidos da América que diz que nos últimos 30 anos, as alterações climáticas tenham sido o "gatilho" para o suicídio de 59 300 agricultores indianos, que sem conseguir prover o sustento das suas famílias, que optaram pela morte.

Este estudo foi um dos motivos que fez Federico Borella, vencedor da última edição do concurso Sony World Photography Awards com o projecto Five Degrees, ir para a Índia e documentar, através da sua câmara fotográfica, as "estórias" e as imagens mais fortes de um drama que não tem fim. A história foi contada num trabalho da revista P3, do Público, pela pena da jornalista Ana Marques Maia. Vale a pena ver e ler.

As tempestades em Moçambique

Com fortes chuvas e ventos com mais de 170 quilómetros por hora, o ciclone Idai tocou terra na noite de 14 de março, provocando a morte a mais de seis centenas de pessoas. O impacto total da tempestade ainda é, na sua total abrangência, desconhecido, mas afetou infraestruturas vitais, como escolas, hospitais, estradas, redes de saneamento e comunicação. Milhares de hectares de plantações à beira da colheita ficaram destruídos, aumentando os receios de carências alimentares para as populações nos próximos meses.

No entanto, o drama não terminou por aí. Cinco semanas depois de o ciclone Idai ter deixado um rasto de morte e destruição, Moçambique voltou a ser atingido por mais uma terrível tempestade. "O país está longe da recuperação. Agora, o povo vive o choque de outra tempestade", lamentou o secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo.

Apesar de o nível de alerta do ciclone Kenneth ter baixado, devido ao enfraquecimento dos ventos, três pessoas morreram na ilha de Comores. "O governo apelou à rápida evacuação, com cerca de 30 mil dos 700 mil afetados a serem deslocados das áreas de alto risco. Mas mantêm-se os perigos para as vidas das pessoas e para outros direitos humanos", acrescenta Kumi Naidoo, referindo-se à possibilidade de se registarem novas inundações e mais doenças.

"Estas duas tempestades sem precedentes, que atingiram Moçambique com uma força sobrenatural, são exatamente aquilo a que os cientistas do clima se referiam, dizendo que iria acontecer se continuássemos a aquecer o nosso planeta além dos seus limites. Desastres naturais de alta intensidade tornar-se-ão muito mais prevalentes e sublinham a necessidade de ações urgentes para reduzir as emissões e investir em medidas de adaptação que protejam a vida das pessoas", fez notar ainda o responsável máximo da Amnistia.

A entrevista de Kumi Naidoo

Sobre este tema, o secretário-geral da Amnistia, Kumi Naidoo, tem tido um papel assertivo e bem definido. Recordamos, em traços gerais, a entrevista que nos deu, na última edição, onde destacou, entre outros temas, o trabalho diferenciado onde a Amnistia pode intervir contrariando os poderes instituídos.

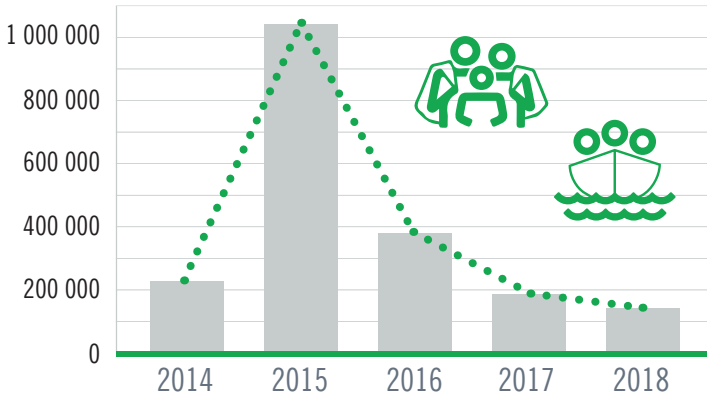
"Devemos centrar as nossas energias nos sistemas que conduzem às catástrofes climáticas. Uma das coisas que gostaria de ver a Amnistia fazer, como nosso contributo para as lutas contra as catástrofes climáticas, é identificar os alvos estratégicos corretos que nos permitam alcançar as mudanças em matéria de clima. Um deles é seguir o dinheiro, seguir as instituições que financiam as organizações que se envolvem em atividades que produzem efeitos negativos sobre o clima, por exemplo, das empresas de petróleo, carvão, gás, empresas que estão a destruir a nossa floresta", garante.

Sobre a questão, tantas vezes falada e discutida, sobre existe ligação ou não das alterações climáticas aos direitos humanos, a resposta não pode ser mais clara: "temos que unir o movimento em torno do mesmo objetivo, o de reverter os efeitos catastróficos das alterações climáticas. Temos que acabar com a mentalidade de que existe uma coisa chamada direitos humanos, outra direitos ambientais e, ainda outra, a dos direitos laborais. Precisamos de ver a interligação entre todos estes direitos, e temos que garantir que todos entendemos a luta para reverter os efeitos catastróficos das alterações climáticas. Esta luta resume-se a proteger a humanidade para que possa viver neste planeta. Se não há seres humanos no planeta, não há direitos humanos. Portanto, é um assunto, por excelência, de direitos humanos".

© Chris Grodotzki / Sea-Watch.org

TOTAL DE PESSOAS CHEGADAS À EUROPA ATRAVÉS DO MEDITARRÂNEO*

[Dados ACNUR, Operational Data Portal]



* inclui chegadas por mar a Itália, Chipre e Malta e chegadas por terra e mar a Grécia e Espanha

As vedações

"O espetáculo vergonhoso de navios de socorro a serem bloqueados, e mulheres, homens e crianças bloqueadas no mar durante semanas a fio enquanto políticos competem para serem os mais insensíveis na recusa do seu desembarque ou do seu acesso a qualquer assistência não pode repetir-se", disse Matteo de Bellis, perito da Amnistia Internacional sobre Migrações, no passado mês de janeiro, referindo-se, mais uma vez as travessias no Mediterrâneo Central.

Não há uma semana que tal não aconteça. A diferença é que, como tudo, deixou de ser notícia a não ser que haja uma tragédia maior, como a morte. Num briefing publicado pela Amnistia Internacional em Agosto do ano passado, intitulado "Entre o diabo e o fundo do mar: a Europa falha a refugiados e migrantes no Mediterrâneo Central), foi exposto o impacto devastador de políticas que resultaram na morte de mais de 721 pessoas no mar entre junho e julho de 2018.

Na defesa da autodenominada "Fortaleza Europa", os governos da União Europeia implementaram um conjunto de medidas para bloquear as travessias no Mediterrâneo Central, incluindo o reforço da capacidade da Guarda Costeira líbia de intercetar pessoas que procuram segurança e dificultar o trabalho das ONG que levam a cabo operações de busca e salvamento.

Esta estratégia focou-se em manter as pessoas afastadas da Europa, apesar do facto de a Líbia não ter a capacidade de coordenar salvamentos e de, à luz da lei internacional, as pessoas resgatadas no mar não poderem ser levadas para um país, como a Líbia, no qual são expostas a tortura, extorsão e violação.

O mau exemplo da Hungria…

No entanto, nem só a Sul se vivem dramáticas, em prol de uma política de fronteiras fechadas a quem mais necessita. A leste, dois maus exemplos pontificam. O primeiro na Hungria de Viktor Orbán. Num relatório com contornos assustadores, o Conselho da Europa, através da comissária para os Direitos Humanos, Dunja Mijatović, apontou o dedo ao governo Húngaro, acusando-o de "fomentar atitudes xenófobas" contra imigrantes, refugiados e requerentes de asilo, para além de um trabalho constante de desacreditação do trabalho feito pelas organizações não-governamentais.

O relatório considera ainda que "a detenção sistemática de requerentes de asilo, incluindo crianças" levanta questões sobre a natureza arbitrária da detenção. "As autoridades devem aplicar alternativas à detenção. É alarmante o facto de muitos requerentes de asilo detidos nas zonas de trânsito ao abrigo de um procedimento de policiamento de estrangeiros terem sido privados de alimentos. Esta prática deve parar imediatamente", refere Dunja Mijatović.

… e o da fronteira entre a Croácia e a Bósnia

Da Hungria para a Croácia, um pequeno passo. Em março deste ano, a Amnistia publicou o relatório "Empurrados para o limite: Violência e abuso contra refugiados e migrantes através da Rota dos Balcãs", que demonstra, sem tirar nem pôr, a situação dramática vivida na fronteira com a Bósnia-Herzegovina.

"Para entender onde residem as prioridades dos governos europeus, basta seguir o dinheiro. A sua contribuição financeira para a assistência humanitária é mínima quando comparada com os fundos que providenciam para a segurança fronteiriça, que incluem equipar a polícia fronteiriça croata e até mesmo pagar os seus salários", disse Massimo Moratti, Diretor de Investigação no escritório europeu da Amnistia Internacional.

© LOUISA GOULIAMAKI/AFP/Getty Images

"Entretanto, pessoas que fogem da guerra e de perseguição são espancadas e roubadas pela polícia croata e devolvidas à força a um limbo legal, deixadas à mercê de um sistema de asilo deficitário na Bósnia e Herzegovina."

Em março, estavam detidas cerca de 5 500 pessoas – mulheres, homens e crianças – em duas pequenas cidades bósnias perto da fronteira croata, Bihac e Velika Kladusa, vivendo em antigas fábricas abandonadas sem equipamentos básicos. A Bósnia e Herzegovina não consegue oferecer-lhes proteção adequada ou condições de vida, e os campos improvisados são insalubres, com falta de água quente, cuidado médico e comida em quantidade suficiente", assume o responsável.

Tecnologias automatizadas no controlo das fronteiras

No início do último mês de abril, a Amnistia, através de um trabalho assinado por Lucien Begault, chamou a atenção para um anúncio da União Europeia em que assume que começou a financiar, em Outubro de 2018, um novo sistema automatizado de controlo das fronteiras, a ser testado na Hungria, Grécia e Letónia.

Designado de iBorderCtrl, o projeto usa um sistema de deteção através de inteligência artificial (IA), comandado por um guarda virtual que interroga quem pretende atravessar uma fronteira. Os viajantes considerados aptos pelo sistema para responder a questões recebem um código que lhes possibilita a passagem. Mas nem todos têm a mesma sorte. Nesses casos, são transferidos para interrogatório, por agentes. O iBorderCtrl é apenas um dos muitos projetos que procuram automatizar as fronteiras da UE com o objetivo de combater a migração irregular. Esta nova tendência suscita sérias preocupações em matéria de direitos humanos.

As alegações do projeto de reduzir "o controlo subjetivo e a carga de trabalho dos agentes humanos", bem como "aumentar o controlo objetivo com meios automatizados" são enganosas. Além disso, existem investigadores que já demonstraram que este tipo de reconhecimento não resiste ao escrutínio e está a ser aplicado de forma, perigosamente, irresponsável. O iBorderCtrl é um desses casos.

© Amnesty International

O trabalho sobre refugiados e migrantes na Europa

Maria Serrano é a diretora da campanha sobre as migrações no Escritório Europeu da Amnistia Internacional. Começou a colaborar com a Amnistia Espanha em 2005 a trabalhar com refugiados em Melilla. Desde 2015 trabalha no escritório europeu onde coordena as diversas áreas do trabalho relativo às migrações na Europa ocidental, oriental e Turquia.

ENTREVISTA

MARIA SERRANO

DIRETORA DA CAMPANHA SOBRE AS MIGRAÇÕES NO ESCRITÓRIO EUROPEU DA AMNISTIA INTERNACIONAL

Nesta revista falamos de barreiras, vedações, muros e as pessoas pensam logo nos Estados Unidos da América, no muro do Presidente Trump. E na Europa, também há muros?

Temos muitos, uns mais visíveis do que outros. Há muros e vedações no sul de Espanha, na Hungria, na fronteira entre a Grécia e a Turquia, entre a Turquia e a Bulgária. Há muros e vedações que impedem o acesso físico a asilo. Uma das primeiras barreiras é sempre a embaixada nos diferentes países. As fronteiras começam aí, onde as pessoas não têm acesso a um visto, ou à reunificação com a família, ou não conseguem viajar para trabalhar, ou para procurar proteção. As vedações começam fisicamente ainda antes de as pessoas terem chegado às fronteiras da Europa.

Depois quando chegam, há as vedações físicas, os guardas da fronteira, e todo o tipo de equipamento físico que faz parte da Fortaleza Europa. A juntar isto, há a legislação. Grande parte da legislação sobre asilo e migração é feita com o intuito de impedir as pessoas de chegarem, de pedirem asilo. As provisões na lei são feitas para rejeitar a entrada das pessoas, não para as proteger. Por isso, este é um sistema de rejeição de pessoas que têm necessidade de proteção, ou que precisam de ter acesso às suas famílias. A juntar à legislação, existem as práticas. Existem ainda as barreiras que representam a interpretação e comportamento dos guardas fronteiriços e das autoridades. Tudo isto faz parte de um sistema que procura excluir pessoas, deixá-las de fora a todo o custo. E podemos ver esta tendência por toda a Europa.

De acordo com as Nações Unidas, tem vindo a descer o número de refugiados e migrantes que chegam à Europa. Por outro lado, continua a aumentar o número de pessoas deslocadas no mundo, como é que se pode explicar?

Parte da explicação para estes números pode ser encontrada nas políticas da União Europeia (UE), na política de externalizar o controlo das fronteiras e da proteção dos refugiados. Tivemos a situação em 2015, no auge da crise na Síria, em que cerca de um milhão de pessoas chegou à Europa através da travessia da fronteira com a Turquia. Desde então a UE promoveu e implementou políticas que transferem a responsabilidade da proteção dos refugiados e migrantes para a Turquia.

Neste momento é a Turquia quem controla as entradas e está a fechar as fronteiras com a Síria. A Amnistia tem documentado situações de violação

© Alli Jarrar / Amnesty International

do princípio de *non refoulement* (não retorno) desde a Turquia para zonas de guerra. Por um lado, a União Europeia reduziu as missões de busca e salvamento, por outro lado, a crescente hostilidade e criminalização das ONG que organizam missões de busca e salvamento, tem resultado na diminuição destas missões. Não só os governos europeus não estão a fazer, como estão a impedir outros de fazerem esses salvamentos.

A União Europeia está a colaborar com a Líbia, a equipar a guarda costeira italiana, e desta forma, está a contribuir para prender pessoas na Líbia. A guarda costeira italiana interceta as pessoas em alto mar, devolve-as à Líbia que, por sua vez, as envia para os centros de detenção. Nestes centros as pessoas estão sujeitas a violações de direitos humanos. São estas as políticas da UE e explicam porque é que os números têm baixado.

E os casos de ataques contra os ativistas que prestam ajuda humanitária, será uma atuação deliberada para, também, dissuadir e intimidar quem quer ajudar?

O que temos visto é que esta atuação corresponde a uma tendência mais ampla que se está a verificar na Europa e que consiste em investigar, perseguir e processar judicialmente ativistas. Pondo em causa a legitimidade das suas ações e atividades de promoção dos direitos humanos. E verificámos estes procedimentos em diversos países, como em França, na Itália, na Croácia, na Grécia. Temos casos em Espanha e na Suíça. A Amnistia está a investigá-los e a recolher informação para confirmar esta tendência. Quando falamos com estas pessoas que estão a ser alvo destas campanhas negativas, em algumas vemos a sua determinação, estão cada vez mais empenhadas em continuar a ajudar, a partilhar a sua comida e documentar as violações de direitos humanos. Naturalmente, há outras que, perante a perseguição e processos judicias contra os seus colegas, ficam com receio de continuar.

A Amnistia está a acompanhar todos estes casos, a perceber as tendências e padrões e ponderar agir para, em alguns deles, trazê-los ao conhecimento do público, assistir aos julgamentos, apoiar indivíduos e ONG. Desta forma, estaremos a apoiar o trabalho destes ativistas e ao mesmo tempo impedir que a situação dos refugiados e migrantes piore. Em muitos casos os indivíduos e as organizações estão a fazer o trabalho que devia ser feito pelas autoridades, como seja providenciar serviços e acesso a necessidades básicas. E acreditamos que devemos preservar a solidariedade que é muito importante enquanto valor para a nossa sociedade.

O que diria a quem quer ajudar os refugiados e migrantes?

Neste contexto cada pessoa pode ajudar. Não é preciso iniciativas heroicas, não é necessário ir para as fronteiras ou para campos de refugiados. Há muitos refugiados que estão nos vários países e que precisam de ajuda. Há trabalho ao nível da comunidade, em que determinadas profissões como professores, por exemplo, são necessárias. Podem juntar-se a organizações para promover ativamente o acolhimento e integração dos refugiados. Há muito exemplos e bons de comunidades que ajudaram os refugiados a reconstruírem as suas vidas. São estes exemplos que são a chave para não nos deixarmos cair na armadilha da retórica do ódio. Já para não mencionar como as comunidades ficam mais ricas com este encontro e partilha de culturas.

Leia a versão completa em:
bit.ly/entrevista-maria-serrano

À LUPA

© Jeff Widener/AP/REX/Shutterstock

Da força dos tanques à invisível repressão tecnológica

30 anos de Tiananmen

Todos os anos, no dia 4 de junho, a chama de quem lutou por reformas democráticas na República Popular da China (RPC) acende-se em Hong Kong e Macau. Lembrar Tiananmen é possível nas duas regiões administrativas especiais da RPC, mas causa surpresa a muitos turistas chineses que se cruzam com as vigílias. Entre os jovens, há quem desconheça os motivos das palavras de ordem que escutam. Os mais velhos evitam falar sobre o assunto.

O massacre de Tiananmen continua a ser um tema tabu na China. Trinta anos depois, estima-se que morreram milhares de pessoas. A maioria era estudante porque o movimento esmagado pelo Exército Popular de Libertação brotou nas universidades do país, de Pequim a Hebei, de Zhejiang a Xinjiang.

Entre os líderes estudantis que encabeçaram os protestos estava Wu'erkaixi, natural de Pequim, mas de origem uigur de Xinjiang. O dissidente que vive no exílio tem ascendência. À causa democrática juntou, mais recentemente, a do povo que carrega no seu ADN.

Localizada no extremo ocidental da RPC, a região autónoma de Xinjiang é uma prova da diversidade chinesa. A maior parte da população não pertence à etnia dominante do país, os *Han*, e professa o islão – ou, pelo menos, tenta. Em maio, o jornal The Guardian publicou um trabalho de investigação com recurso a imagens de satélite que dá conta da destruição de mais de duas dezenas de mesquitas e locais de culto, desde 2016.

Xinjiang tem sido alvo de forte repressão pelo governo central chinês. Em 2009, após conflitos étnicos que acabaram com a morte de quase 200 pessoas, a presença militar foi reforçada. A tensão continuou a aumentar, até porque as autoridades de Pequim ligaram ataques à faca, registados em 2014, à propaganda radical islâmica on-line alegadamente promovida por uigures.

© Pierre Crom

O algoritmo da repressão

Hoje, Xinjiang é um enorme laboratório de testes na área da segurança e para controlar movimentos contrários à doutrina e prática do Partido Comunista Chinês (PCC) não são necessários os tanques de Tiananmen. Nos principais núcleos urbanos, como a capital Urumqi, multiplicam-se os postos de controlo. Quem sai à rua arrisca-se a ter de apresentar os documentos de identidade que não se limitam aos dados mais comuns. Além de terem o nome ou o sexo, incluem as impressões digitais, o tipo de sangue, informação sobre as famílias e o cadastro criminal. Tudo desemboca na Plataforma Integrada de Operações (IJOP na sigla inglesa), que gera listas negras de suspeitos através de inteligência artificial. Mas esta sofisticação perigosa não fica por aqui, documenta a Amnistia Internacional no relatório *China: Where are they? Time for answers about mass detentions in the Xinjiang Uighur Autonomous Region*, datado de setembro de 2018. Câmaras de vigilância, com tecnologia que permite o reconhecimento facial, são colocadas em pilares e em tudo o que é sinal de trânsito, de 100 em 100 metros. O *big data* também está ao serviço do Estado.

Mão de ferro a lembrar o Tibete

O reforço das medidas de segurança coincide com a chegada de Chen Quanguo a Xinjiang, em 2016. Antes de ser nomeado como o principal representante do PCC, o responsável ocupou o mesmo cargo na região autónoma do Tibete.

A imprensa estatal chinesa noticiou que, só no primeiro ano, os gastos em segurança pública de Chen Quanguo aumentaram 19,3 por cento. O valor traduziu-se em mais de 30 mil milhões de *reminbis* (cerca de 4,37 mil milhões de dólares americanos) .

Outra realidade é a existência de "campos de reeducação". Milhares de uigures são detidos, de forma arbitrária, para estas infraestruturas. Na maior parte dos casos, os familiares não conseguem ter qualquer contacto com os detidos e o apoio de advogados é uma miragem. Quando saem, são pessoas diferentes e preferem o silêncio ou a reclusão.

Um mundo mais chinês?

A influência da RPC – económica, diplomática e militar – é uma realidade, o que potencia diversas oportunidades de negócios, até para a tecnologia repressiva *made in China*. O Equador, por exemplo, já instalou um sistema chinês de vigilância com 4 300 câmaras e 16 centros de monitorização. Até aqui tudo bem, não fosse o New York Times ter noticiado que as imagens recolhidas também chegavam aos serviços de informação equatorianos, que, sob o mandato do anterior presidente Rafael Correa, apresentavam um histórico de perseguição, intimidação e ataque a opositores políticos. O jornal escreve ainda que outros 18 países – incluindo Zimbabué, Uzbequistão, Paquistão, Quénia, Emirados Árabes Unidos e Alemanha – utilizam sistemas de monitorização feitos na China.

Analistas e críticos alertam para os riscos de abusos destas tecnologias que, em vez de estarem ao serviço da segurança pública, podem ser um instrumento obscuro e, no limite, uma arma de repressão. Estaremos prontos para o que aí vem?

© Roman Camacho/SOPA/LightRocket/Getty

RADAR

Venezuela: os direitos humanos em causa

A crise dos direitos humanos que tem consumido a Venezuela nos últimos anos despedaçou as vidas de milhões de pessoas que sofrem graves violações dos seus direitos humanos. A falta de alimentos e medicamentos, a hiperinflação, a violência e a repressão política forçaram mais de três milhões de pessoas a fugirem do país desde 2015. Mas o que é que está em causa, atualmente na Venezuela?

A agitação atual na Venezuela começou em 2017, quando o Supremo Tribunal de Justiça – apoiado pelo presidente Nicolás Maduro – chamou a si os poderes da Assembleia Nacional, na qual a oposição detém a maioria. De imediato começaram protestos que foram reprimidos pela administração Maduro com um uso excessivo, ilegítimo e desproporcionado da força. Nestes primeiros protestos morreram mais de 120 pessoas, quase 2 000 ficaram feridas e mais de 5 000 foram detidas.

Uma investigação da Amnistia revelou como as autoridades venezuelanas e grupos de civis armados por si apoiados, invadiam violentamente casas para intimidar e demover as pessoas de participarem em manifestações ou protestos. Revelava ainda como as forças de segurança, apoiadas pelo Estado, usavam força letal contra as pessoas mais vulneráveis e socialmente excluídas no país, sob pretexto de "combater a criminalidade".

O Estado tem usado o sistema judicial para perseguir as vozes dissidentes. A organização venezuelana Foro Penal, indica que 988 pessoas foram detidas arbitrariamente entre 21 e 31 de janeiro de 2019. Entre elas, 137 eram crianças e adolescentes. Há relatos de tortura e outros maus-tratos sobre detidos. O Foro Penal indica a existência de 942 pessoas detidas por motivos políticos.

Atualmente, mais de três milhões de pessoas fugiram da Venezuela desde 2015, o equivalente a 10% da população, segundo números da ONU. A maioria procurou refúgio no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Equador e

no Peru, tendo indicado a falta de acesso a saúde e alimentação como a principal razão para a sua partida. A Amnistia Internacional tem instado os governos de toda a América Latina e do Caribe a concederem aos refugiados venezuelanos acesso aos processos de pedidos de asilo nos respetivos países.

Há numerosos relatos de violações do direito a liberdade de expressão, incluindo a detenção arbitrária e/ou deportação de, pelo menos, 19 trabalhadores de meios de comunicação social, nacionais e não-nacionais. Em janeiro de 2019, pelo menos 11 jornalistas foram detidos numa única semana.

A inflação no país encontra-se em níveis impressionantes, o salário mínimo oficial no país é equivalente a 5,29 euros mensais – e é este o rendimento de uma grande parte da população. Muitas pessoas não têm o suficiente para adquirir bens básicos, como alimentos e medicamentos, deixaram milhões de venezuelanos a braços com condições de vida alarmantes e que estão a piorar a cada dia.

O governo tem repetidamente negado que o país esteja a viver uma crise de direitos humanos e pior, recusa reconhecer as faltas de alimentos e medicamentos. Ao negarem a escassez e ao não aceitarem a assistência humanitária internacional, as autoridades estão a piorar o impacto já de si catastrófico sobre os mais vulneráveis.

Esta situação tem sido exacerbada pelas medidas impostas pelo governo dos EUA de impedir a companhia petrolífera estatal venezuelana de exportar crude para o mercado dos Estados Unidos, impedindo simultaneamente fornecedores norte-americanos de venderem os produtos de que a Venezuela necessita para refinar o crude. Dado que a economia venezuelana é muito dependente da exportação de petróleo, estas medidas irão tornar a vida ainda mais difícil para as pessoas que vivem no país.

Campanha da Amnistia *WELCOME VENEZUELA*

Vamos proteger quem foge da crise de direitos humanos

© Amnesty International/Sergio Ortiz

As violações de direitos humanos que ocorrem diariamente na Venezuela têm tido um impacto desproporcionado sobre a população, em especial, sobre a mais vulnerável. A situação tem levado um número crescente de pessoas a procurar alternativas nos países vizinhos. Em resposta às dificuldades enfrentadas, a Amnistia lançou a campanha *Welcome Venezuela*, em que apela aos países da América Latina e das Caraíbas para que não dificultem a entrada de quem foge da crise de direitos humanos na Venezuela, nem devolvam estas pessoas ao país.

Os venezuelanos precisam de proteção internacional. Devem poder pedir o estatuto de refugiado ou recorrer a outros mecanismos para regularizar a sua permanência, sem restrição ou demora, e ter acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e outros serviços públicos, sem discriminação. E não devem ser obrigados a regressar à Venezuela.

A crise de direitos humanos continua a aumentar, abrangendo direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de milhões de pessoas. De acordo com as Nações Unidas, 3,7 milhões de pessoas abandonaram a Venezuela, nos últimos anos, e pelo menos sete milhões que ainda vivem no país precisam de ajuda humanitária.

Com a campanha *Welcome Venezuela*, a Amnistia Internacional reforça a necessidade de resposta ao povo venezuelano com uma ação imediata. Qualquer solução ou iniciativa para enfrentar a crise deve ser conforme as obrigações internacionais de respeito e proteção dos direitos humanos. As vítimas devem permanecer sempre no centro do debate.

Conheça a campanha em:
bit.ly/welcome-venezuela

APELOS MUNDIAIS

© Hong Kong Alliance

© Behrouz Mehri, AFP

CHINA

RESPONSABILIZAÇÃO E JUSTIÇA PELO MASSACRE DE TIANANMEN

No início de 1989 os estudantes universitários de Pequim iniciaram protestos exigindo reformas políticas e económicas. As suas revindicações tiveram apoio público e estenderam-se à China. As autoridades não conseguiram deter o movimento, as tensões aumentaram e em maio foi imposta a lei marcial.

Na noite de 3 de junho tropas fortemente armadas e centenas de tanques de guerra puseram-se em movimento em Pequim, para "limpar" os manifestantes pró-democracia. Esta investida com recurso a disparos, resultou na morte de muitos civis desarmados, incluindo crianças e idosos. Alguns simplesmente encontravam-se nas ruas de acesso à Praça de Tiananmen, onde se concentravam os manifestantes. No dia 4 de Junho as tropas acabaram por controlar Pequim.

Vamos apelar ao Presidente da China que investigue a repressão que aconteceu e que os responsáveis sejam levados à justiça.

Os relatórios oficiais indicam que mais de 3 000 civis tinham ficado feridos e que mais de 200 tinham morrido. Os números exatos são desconhecidos, mas há vários indícios que colocam os dados oficiais muito abaixo do real. Depois, a repressão instalou-se e foram perseguidas todas as pessoas que pudessem ter estado envolvidas nas manifestações. Houve muitos civis detidos, torturados e enviados para prisões após julgamentos injustos e as famílias foram perseguidas.

CHIPRE

AHMED H DEVE REGRESSAR PARA JUNTO DA SUA FAMÍLIA

Em agosto de 2015, Ahmed H. saiu de sua casa no Chipre para ir ajudar os pais e outros familiares que tinham fugido da Síria, garantindo que conseguiam encontrar segurança na Europa. Tornou-se uma vítima das draconianas leis húngaras, foi preso em setembro de 2015, injustamente condenado e passou mais de três anos na prisão.

Ahmed foi um das centenas de refugiados abandonados na fronteira húngara em 2015 depois de a polícia ter fechado a travessia com a Sérvia. Depois do início dos confrontos, foi o único acusado ao abrigo da lei antiterrorismo húngara. Durante o processo criminal, o governo referiu-se repetidamente a Ahmed como terrorista, numa tentativa de influenciar a opinião pública a considerar os refugiados e migrantes uma ameaça para o país.

Vamos apelar às autoridades cipriotas para que permitam a Ahmed regressar para junto da sua família.

Ahmed é natural da Síria e reside há muitos anos no Chipre. A mulher e as duas filhas pequenas são cidadãs cipriotas. Está retido num centro de detenção para imigrantes na Hungria, à espera que o Chipre decida o seu destino. O Chipre é a última esperança que Ahmed tem para se juntar à sua família.

© MORIKIS GRIGORIS

GRÉCIA

JUSTIÇA PARA ZAK KOSTOPOULOS

Zak Kostopoulos, ativista *queer* e defensor de direitos humanos na Grécia, morreu a 21 de setembro de 2018, na sequência de um violento ataque. Foi um incansável defensor da comunidade LGBTI e das pessoas que vivem com VIH. As gravações feitas por testemunhas mostram que Zak foi brutalmente agredido por dois homens após ter entrado numa joalharia, em Atenas.

No vídeo, é possível ver que as autoridades tentaram prender Zak de forma violenta. De acordo com o relatório forense, morreu devido aos ferimentos múltiplos que sofreu.

Vamos apelar ao ministro da justiça para que garanta que todos os responsáveis pelo ataque e que contribuíram ara a sua morte escrever, sejam levados à justiça.

A sua morte trágica foi devastadora para a família, amigos, para a comunidade de defensores de direitos humanos na Grécia e não só. Em resposta, decorreram vários protestos em diferentes cidades europeias, exigindo justiça pela sua morte.

A investigação criminal ao ataque está completa. Dois civis e quatro agentes da polícia foram acusados de agressões corporais fatais. Contudo, devido à preocupação generalizada com as graves falhas na investigação, a família do Zak também apresentou uma queixa criminal. Apelam a que dois civis e nove agentes da polícia, envolvidos na tentativa de detenção do Zak, sejam acusados de homicídio e quatro dos polícias acusados de tortura.

© Associação para o Desenvolvimento da Cultura dos Direitos Humanos - ADCDH

ANGOLA

DEZENAS DETIDOS POR SE MANIFESTAREM PACIFICAMENTE

Em Cabinda, a 28 de janeiro, 8 jovens ativistas foram detidos arbitrariamente em suas casas quando preparavam cartazes e panfletos para uma manifestação pacífica que teria lugar nos dias seguintes. A manifestação visava celebrar os 134 anos da assinatura do Tratado de Simulambuco e tinha também como objetivo reiterar o apelo de independência de Cabinda em relação a Angola.

Consequentemente, no dia 29 de janeiro, vários familiares e amigos destes jovens dirigiram-se ao Serviço de Investigação Criminal para pedirem a sua libertação. Todas estas pessoas acabaram também detidas.

Vamos apelar ao Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos que todas estas pessoas sejam libertadas, e sejam respeitados os os direitos à liberdade de expressão e de reunião pacíficas.

Já a 1 de fevereiro, o mesmo desfecho aconteceu a dezenas de pessoas que marcaram presença na dita manifestação. No fim, estas flagrantes violações à liberdade de expressão e ao direito de reunião e manifestação pacíficas resultaram em mais de 60 pessoas detidas arbitrariamente. Atualmente, sabemos que 13 pessoas foram libertadas, contudo 50 permanecem presas.

O Ministério Público requereu a detenção pré-julgamento e acusou estas pessoas dos crimes de associação criminosa, rebelião, ultraje ao Estado, resistência e distúrbios públicos.

© Amnesty International

BOAS NOTÍCIAS

PASSOS MAIS RECENTES CONTRA A PENA DE MORTE

Na **Guiné Equatorial,** o anúncio presidencial traz nova esperança à luta contra a pena de morte. O chefe de Estado anunciou que vai propor um projeto de lei para abolir a pena capital do código penal, como é requerido pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A última execução registada na Guiné Equatorial, aconteceu em janeiro de 2014, quando nove pessoas foram executadas alguns dias antes do estabelecimento de uma moratória temporária ao uso da pena de morte. Para a Amnistia, este é um primeiro passo muito positivo, devendo ser tomadas as medidas necessárias para o seu cumprimento.

Dos **Estados Unidos da América (EUA)**, as notícias são encorajadoras. Depois de, no final do ano de 2018, o Supremo Tribunal do Estado de Washington ter decretado a inconstitucionalidade da pena de morte, tivemos a boa notícia, em março de 2019, do estabelecimento de uma moratória contra essa prática cruel e desumana no Estado da Califórnia. Um primeiro passo para a abolição da pena de morte neste estado. No final de maio, foi a vez do Estado de New Hampshire anunciar a abolição da pena de morte. No total, já há 21 estados livres de pena de morte nos EUA.

No relatório da pena de morte relativo a 2018, a Amnistia Internacional registou uma dramática diminuição no número de execuções em todo o mundo. Registaram-se pelos menos 690 execuções em 20 países, um decréscimo de 31% comparando com 2017 (pelo menos 993). Este número de execuções mais baixo registado pela Amnistia na última década.

© christophemeireis.com

ATIVISTAS SAUDITAS LIBERTADAS

As ativistas dos direitos das mulheres sauditas, Iman al-Nafjan, Aziza al-Yousef e Ruqayyaa al-Mhareb, foram libertadas condicionalmente no final de março.

Após 10 meses de detenção arbitrária e tortura, podem finalmente voltar a casa para junto das suas famílias. Estiveram presas quase um ano, foram submetidas a tortura e ameaçadas, apenas por expressarem as suas opiniões e por promoverem, de forma pacifica, os direitos das mulheres na Arábia Saudita. Vamos, contudo, continuar a fazer pressão para que sejam retiradas todas as acusações contra elas e contra outros defensores dos direitos humanos atualmente em prisão no país, exigindo a sua libertação imediata e incondicional.

© AFP/Getty Images

LIBERTADOS OS JORNALISTAS QUE INVESTIGARAM MASSACRE DE ROHINGYA EM MYANMAR

A boa notícia da libertação dos dois jornalistas deve ser seguida pela libertação de outros jornalistas e prisioneiros de consciência detidos com base em acusações vagas e deve levar à revogação de todas as leis que restringem a liberdade de expressão.

Os jornalistas da Reuters Wa Lone e Kyaw Soe Oo tinham sido presos em Yangon, a 12 de dezembro de 2017. Na altura, investigavam o massacre de 10 homens e rapazes Rohingya por membros das forças de segurança de Myanmar no Norte do estado de Rakhine. Soldados de Myanmar foram mais tarde presos por um tribunal militar.

Os dois jornalistas foram acusados de violar a Lei dos Segredos Oficiais e, em 3 de setembro de 2018, condenados a sete anos de prisão. Um recurso para o Supremo Tribunal de Yangon foi rejeitado em janeiro de 2019. Em 16 de abril de 2019, Wa Lone, Kyaw Soe Oo e seus colegas receberam o Prémio Pulitzer de 2019 para reportagens internacionais.

A sua libertação aconteceu devido a pressão internacional de várias organizações, incluindo da Amnistia Internacional.

© Private

AMADE ABUBACAR ESTÁ EM LIBERDADE

No dia 23 de abril, Amade Abubacar foi libertado provisoriamente da prisão de Miezi, na cidade de Pemba, pelo Tribunal Provincial de Cabo Delgado. O seu advogado tinha apresentado no dia 26 de fevereiro, junto do mesmo Tribunal, um pedido de fiança.

O jornalista de rádio Amade Abubacar está em liberdade provisória, a aguardar julgamento, após ser deixado a definhar em prisão preventiva durante quase quatro meses. Tudo aconteceu depois de ter sido detido por entrevistar um grupo de deslocados que fugiam de ataques às suas casas, em Cabo Delgado, em janeiro.

Amade Abubacar enfrenta, acusações fabricadas de “instigação pública a um crime com uso de meios informáticos” e de injúria contra agentes da força pública. O julgamento ainda não tem data marcada.

Restos das cinzas

Os refugiados Rohingya no Bangladesh continuam a ter uma existência difícil mesmo depois de terem conseguido sair de Myanmar. Há cerca de um milhão de Rohingya nos campos, que se estendem por mais de 2400 hectares, fazendo de Cox's Bazar o maior campo de refugiados no mundo.

Ahmer Khan visitou, em conjunto com a Amnistia Internacional, este campo para documentar em fotografias Rohingya com os pertences mais queridos que conseguiram transportar consigo durante a sua atormentada fuga de casa…

MOHAMMAD JUNAID, 11 anos

Trouxe comigo um par de livros, porque quero ler e escrever independentemente de onde estou. Vi a minha aldeia ser incendiada. Foi doloroso, neste momento estamos seguros. Estudo na escola do campo.

MARYAM KHATOON, 30 anos

Tenho este piercing no nariz, que uso há anos, e foi a única coisa que consegui trazer comigo quando fugi da minha aldeia em Myanmar, no dia do fim do jejum do Ramadão, em 2017.

NASEEMA KHATOON, 100 anos

Sou de muita idade, e consegui andar todo o percurso até ao Bangladesh apenas com a ajuda deste cajado. Foi a única coisa que pude trazer comigo. Ficámos dentro de uma gruta enquanto as nossas aldeias eram queimadas pelos militares.

ASMAT-ULLAH, 28 anos

Não havia maneira de conseguirmos salvar alguma coisa das nossas casas em chamas. Vieram todos atrás de nós – o governo, os militares, a polícia. Queimaram as casas e mataram tantas pessoas. O Corão é a coisa mais importante na minha vida. Estou contente por ter conseguido salvar uma cópia.

MOSI-ULLAH, 60 anos

A minha mulher é invisual e estava doente quando fomos forçados a abandonar as nossas aldeias. Embrulhei-a neste cobertor e transportei-a todo o caminho até ao Bangladesh. Isto é tudo o que consegui trazer comigo de Myanmar.

MUSA ALI, 70 anos

Demorámos 21 dias a chegar ao Bangladesh. Ficámos numa gruta numa floresta durante muitos dias. Trouxe este cesto porque fui eu que o fiz quando estava na minha aldeia, Samela. Os militares birmaneses mataram muitas pessoas, incendiaram as aldeias, por isso tivemos de fugir. Neste cesto, tinha algumas roupas mas não consegui salvar os meus documentos de identidade, fotografias e outros documentos. Não sei o que nos vai acontecer agora.

JOSNA PARVEEN, 21 anos

Sou da aldeia Magpura. Militares e outros homens uniformizados queimaram a minha aldeia, incluindo a minha casa e a minha loja. Eu adoro fazer maquilhagem e só consegui salvar alguns frascos de nossa casa antes de fugirmos. Agora, vivo neste campo com o meu marido e duas crianças.

INAYAT-ULLAH, 10 anos

Os meus irmãos e eu carregámos este cesto desde Myanmar com alguns alimentos. A comida terminou ainda nem tínhamos atravessado a fronteira.

DOLUBIBI, 65 anos

Não consegui salvar nada de minha casa. Deixei lá tudo. Este rosário de oração é muito importante para mim porque rezo. Mas não consegui o meu Corão.

ROSHAN AHMED, 65 anos

Sou da cidade de Maungdaw. Tinha uma casa grande com dois andares, gado e terra. Deixei lá tudo quando eles [os militares] estavam a incendiar as aldeias. Não sei o que aconteceu aos meus animais. Consegui salvar alguns documentos de identificação com fotografias da minha família, documentos e esta placa numérica da minha casa. Esta placa ainda pode ser útil, algum dia quando regressarmos.

© Estoril Conferences

O FUTURO VIVE DENTRO DE NÓS

"Nós, sociedade civil, também devemos marcar a agenda"

Os níveis elevados da abstenção nas eleições europeias e os movimentos estudantis pelo clima marcaram o debate "Apoiar os novos *changemakers*", que juntou o diretor da Amnistia Internacional Portugal, Pedro Neto, e o gestor do Programa de Cooperação da Juventude do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, Graziano Tullio, nas Conferências do Estoril (27 a 29 de maio). "A juventude está a mobilizar-se. O que é preciso é trazê-la para o exercício formal da democracia. Precisamos de boas e bons líderes. Precisamos de cativar e chamar as pessoas. Nós, sociedade civil, também devemos marcar a agenda e caminhar até ao parlamento com um cartaz é uma forma de fazer política", atirou Pedro Neto, referindo-se às formas de participação dos jovens.

Cerca de 800 pessoas – a maioria estudantes – assistiram à sessão, no campus da Nova *School of Business and Economics*, em Carcavelos. Uma das questões mais realçadas foi a forma de os jovens conseguirem fazer ouvir a sua voz.

"As vossas angústias são as nossas. Ninguém se sente suficientemente ouvido", constatou Pedro Neto, antes de acrescentar que a chave para alterar o rumo dos acontecimentos está no trabalho de equipa. "Quero envolvimento, criar redes. Na Amnistia Internacional, temos várias frentes. Uma é *advocacy*, mas nem sempre somos ouvidos. No entanto, quando levamos uma petição assinada por 70 mil pessoas, não somos só nós – a minha equipa. Somos 70 mil pessoas", sublinhou.

"Nunca se esqueçam da resiliência. Não desistam, mesmo quando têm essa vontade. Uma voz pode não ser escutada, mas outras juntas falam ainda mais alto. Temos de nos sentar à mesa, perceber o que queremos fazer, pedir medidas aos governos, apresentar soluções e confrontá-los. Não podemos sentir que estamos sozinhos", lembrou o diretor executivo da Amnistia Internacional.

Graziano Tullio partilhou a mesma visão. "O que nós fazemos é reagir aos temas que os outros colocam na agenda. Temos de criar a narrativa e não responder à que nos é oferecida", afirmou.

> ***"Deem as mãos, unam pessoas e ideias. Se fizermos isto, o mundo muda."***
>
> Pedro Neto

O poder da educação

Pedagogia, criatividade e, sobretudo, tempo são essenciais para o nosso sistema de ensino, realçou Pedro Neto. "É preciso ter a coragem para devolver a pedagogia aos professores", bem como o tempo para "pensarem e desenharem soluções com os alunos". "Esse exercício simples deveria ser o nosso dia-a-dia", apontou.

O diretor executivo da Amnistia Internacional Portugal aproveitou a sessão para recordar os tempos em que esteve em Angola, há 15 anos, a trabalhar num campo de antigos refugiados que regressaram ao país vindos da Zâmbia. Por lá, conheceu uma criança com pouco mais do que quatro anos. Falava inglês e um dialeto da sua comunidade. Mas, em cerca de um mês, começou a comunicar em português. "Não sei se foi à escola, se teve de trabalhar ainda em criança. Não sei. Mas sei que, aqui, somos uns privilegiados", defendeu.

Educação é sinónimo de oportunidades. Não só de conhecimento, mas também de competências sociais e humanas. "Há muito espaço para as *soft skills*. Não devemos focar apenas a educação formal. E há muita atividade para metapolítica em todo o país. Queremos apoiá-la em toda a parte e criar ligações entre os jovens, através de diversas organizações, como a Amnistia Internacional", exemplificou Graziano Tullio.

Amor em vez de muros

A presença da Amnistia Internacional Portugal foi muito além dos debates. No evento, que reuniu defensores dos direitos humanos, ativistas, políticos ou laureados com o Prémio Nobel, lançámos o repto para que fosse construída uma corrente de amor maior do que os 1609 km de muro prometidos pelo presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, durante a campanha eleitoral. Para isso, instalámos uma experiência interativa que convidava todos a unir as mãos pela solidariedade e justiça.

A ação continua sob o lema **#LoveNotWalls** e **#AmorNãoMuros**.

Em **lovenotwalls.amnistia.pt**, registe-se e acrescente 1 km à nossa corrente de amor.

"Deem as mãos, unam pessoas e ideias. Se fizermos isto, o mundo muda. Os líderes usam o discurso de demonizar alguém quando estas pessoas que não têm voz. Por isso querem construir muros. A Amnistia Internacional não quer isso", notou Pedro Neto, nas Conferências do Estoril.

Este é um exemplo de como podemos atuar. Mas há outros, até de entidades como o Conselho da Europa que, por estes dias, tenta perceber o que os jovens querem mudar. "Temos espaço, mecanismos e dinheiro. Mas precisamos de saber como utilizá-los", explicou Graziano Tullio.

"Parte do trabalho do Centro Norte-Sul é criar seminários onde, na mesma sala, juntamos jovens, representantes locais, parlamentares e membros do Conselho da Europa. Nesses momentos, tentamos criar momentos de partilha. Temos perguntas concretas, mas as respostas não o são", admitiu o gestor do Programa de Cooperação da Juventude do organismo.

El Salvador, 2015: Cela de isolamento no infame Centro Penal de Mariona, em São Salvador, onde muitos presos são mantidos em solitária.

*Tell the world about us**

Em 2001, enquanto ainda durava a guerra civil na Colômbia, o fotógrafo Rune Eraker obteve autorização para visitar uma prisão na capital, Bogotá. O seu objetivo era documentar as condições sob as quais se encontravam detidos guerrilheiros das FARC e prisioneiros políticos. Quando o guarda voltou as costas por um momento, Eraker conseguiu tirar uma fotografia a um prisioneiro em regime de isolamento. O prisioneiro esticou a mão através das grades e deu ao desconhecido fotógrafo uma nota amassada. Dizia: "Fala de nós ao mundo". Dezassete anos depois, essa súplica tornou-se numa exposição no Centro Nobel da Paz, em Oslo.

O apelo daquele prisioneiro na Colômbia consumiu-me durante muitos anos", diz Rune Eraker. "Eu senti uma necessidade urgente de falar sobre as pessoas que estão a apodrecer em prisões aqui e ali, e que foram esquecidas por todo o mundo.

Eraker trabalhou a tempo inteiro neste projeto durante quatro anos e viajou através do mundo para fotografar. Teve acesso a prisões rigorosamente guardadas

*tradução livre:
Fala de nós ao mundo

El Salvador, 2015: Cumprimento de encorajamento. Ela passou vários dias em solitária numa cela com 5 metros quadrados, na prisão feminina Cárcel de Mujares, Ilopango, em São Salvador.

na América Latina, na Ásia, em África, nos EUA – e na Noruega. Conheceu pessoas que foram forçadas ao exílio, como Edward Snowden e o Dalai Lama. Na América do Sul, encontrou mulheres que foram encarceradas após abortos espontâneos ou provocados, homossexuais forçados a viver escondidos na Rússia e raparigas jovens em Nairóbi, que foram violadas e brutalmente agredidas. Todas as pessoas que encontramos nesta exposição foram privadas da sua liberdade, ao mesmo tempo que lutam para conservar a sua dignidade.

A injustiça contra pessoas incomoda-me, quer seja ou não feita em nome da lei. É algo que não podemos permitir que ocorra só por estar longe da vista, diz Eraker.

Na exposição *"Tell the world about us"*, ele mostra-nos fotografias que não queremos ver e conta as histórias que preferiríamos esquecer. Quem as vê é forçado a tomar uma posição sobre aquilo a que estas pessoas foram sujeitas. "Enquanto fotógrafo documental, isto é o que eu posso fazer. Através das minhas fotografias, posso mostrar o que se está a passar, depois cabe ao público decidir o que quer fazer sobre isso."

Esta exposição surge 70 anos após a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1977, a própria Amnistia Internacional, que contribuiu para a exposição, recebeu o Prémio Nobel da Paz pelo seu trabalho para proteger os direitos humanos.

Este conjunto de fotos representa uma pequena parte da exposição que pode ser visitada a partir de 13 de julho no Centro Português de Fotografia, no edifício da antiga Cadeia da Relação do Porto.

Myanmar, 2016: O antigo preso político Ko Saw teve uma nova oportunidade. Foi condenado a sete anos de prisão por estar envolvido na luta armada e ser membro de um grupo estudantil de guerrilha em Myanmar. Quando foi libertado, retomou a sua luta contra o regime mas desta vez munido de caneta. Foi de novo julgado e condenado a uma pena de 22 anos de prisão. Depois de 19 anos e oito meses, casou com a irmã de um companheiro preso político e teve um filho. Ela tinha-os visitado na prisão.

Colômbia, 2001: Quartel-general das forças guerrilheiras FARC, na selva amazónica. Foi a partir daqui que a guerra de guerrilha foi organizada contra o regime de Bogotá. As FARC são consideradas o último movimento de guerrilha no mundo, de motivação politica e não de considerações étnicas.

Quénia, 2015: No meio da poeira deixada pelos *buldozers*, vagueiam as pessoas sem um futuro seguro à vista. Vão contruir aqui uma nova estrada, bancos e centros comerciais. Algumas das pessoas vivem neste sitio há 50-60 anos e nunca viveram em outro local. São deixados sem nada, sem direitos, casa ou compensação.

Honduras, 2009: A polícia de intervenção cara a cara com os manifestantes durante um protesto na capital Tegucigualpa, na sequência de um golpe militar.

Honduras, 2009: Uma manifestante agredida pela polícia de intervenção na capital, Tegucigualpa.

El Salvador: No final de 2011, com 29 anos e sem saber que estava grávida, María Teresa Rivera teve um aborto quando se encontrava na casa de banho. Depois de ter dado entrada no hospital e ainda com a hemorragia, foi detida pela polícia. Foi condenada a 40 anos de prisão. Depois da pressão por parte de ativistas de direitos humanos, foi libertada em 2016. Quando descobriu que o Estado ia recorrer, viajou para a Suécia. Foi a primeira pessoa no mundo a quem foi concedido asilo com base na proibição de abortar.

El Salvador: Em 2007, Teodora Del Carmen Vásques, de 24 anos de idade, foi condenada a 30 anos de prisão por abortar. Tinha um filho em casa.

Rússia, 2016: Elvira e Anastasia vivem juntas em São Petersburgo e são ativistas dos direitos homossexuais. Os vizinhos não sabem da sua relação. Disseram que eram duas amigas a partilhar a casa para pouparem dinheiro. A homossexualidade é legal na Rússia, mas qualquer demonstração publica de afeto é considerada propaganda gay, banida na lei desde 2013.

Os gatos são as testemunhas silenciosas de uma vida amorosa que não pode existir fora das quatro paredes da sua casa.

Imagem de "Sete Anos em Maio" de Affonso Uchôa

15º PRÉMIO AMNISTIA INTERNACIONAL NO INDIELISBOA

PRÉMIO PATROCINADO POR:

FUNDAÇÃO SERRA HENRIQUES

De 2 a 12 de maio decorreu o IndieLisboa – Festival Internacional de Cinema Independente de Lisboa, e nele foi atribuído o Prémio Amnistia Internacional. O júri deste ano, composto por Inês Castel-Branco, atriz, Margarida David Cardoso, jornalista, e Manuel Coutinho, da direção da Amnistia Internacional Portugal, premiou o filme "Sete anos em maio", de Affonso Uchôa.

Neste filme, conhecemos a história de Rafael, numa série de longos monólogos junto a uma fogueira. Entre o documentário e a ficção, ficamos a saber que, depois de um dia de trabalho, foi levado de sua casa por desconhecidos. Desde então, a sua vida mudou. E a noite em que desapareceu parece nunca ter terminado. A escolha do júri resulta da "urgência de falarmos de um país em que o marginal pode ser polícia e o polícia pode ser marginal. Onde se agride de forma gritante e discricionária negros, pobres, favelados, mulheres e LGBTI+. Um país onde a polícia que te agride e te impede de sair de margem, te condena a ser mais um Rafael".

Este prémio tem o patrocínio da Fundação Serra Henriques no valor de 1500 euros.

Liberdade para Amade Abubacar

No dia 2 de maio, durante a cerimónia de abertura do festival IndieLisboa no cinema São Jorge, e em antecipação do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, realizámos uma ação de recolha de assinaturas em favor do jornalista moçambicano Amade Abubacar, que esteve preso, foi libertado, mas as acusações contra ele persistem e foi isso que pedimos às pessoas. Que connosco peçam que as acusações sejam retiradas.

Promovemos também a recolha de fotos com a mensagem "JORNALISMO NÃO É CRIME".

Se ainda não o fez, pode juntar a sua voz aqui:

bit.ly/liberdade-para-abubacar

Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa

Marchámos pela Marielle Franco. Marchámos pelo Zak. Ambos assassinados. Ambos ativistas LGBTI+. Marchámos por todos e todas que no dia a dia ainda não podem simplesmente ser como são. Por todas as pessoas que não podem amar alguém só porque tem o mesmo sexo. Isto acontece ainda, aqui, em Portugal, e em demasiados países do mundo. Por eles. Por elas. Marchamos.

GRUPO DE

VISEU

DE BRAÇOS ABERTOS À CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

O grupo de Viseu fez recentemente 6 anos. Ao longo destes anos, fomos caminhando junt@s e unid@s para podermos chegar mais longe no propósito de que "todas as pessoas, em todo o mundo e sem exceção, possam usufruir de todos os seus direitos". De pequeno grupo, quase desconhecido, temos vindo a crescer na relação com a comunidade, sendo hoje amplamente reconhecidos pelos parceiros locais.

É na relação com as escolas que esta afirmação é mais evidente. Se por um lado a Maratona de Cartas se assume já como uma tradição em muitas escolas (atingindo na última a recolha de mais de 18 000 assinaturas), e as sessões de Educação para os Direitos Humanos se tornaram quase parte do currículo, novas iniciativas têm ajudado a cimentar a nossa intervenção. Exemplo maior deste caminho foi a iniciativa "Postal #Eu Acolho – Porque os Direitos Não Têm Fronteiras – *I Welcome*". Esta ação envolveu 8 Escolas do Distrito de Viseu e 4 Escolas do distrito de Aveiro que, no âmbito da campanha "Eu acolho", convidaram @s alun@s a realizar um postal sobre o direito que gostariam que fosse garantido a crianças e jovens a viver no campo de refugiados de Lesbos na Grécia, os destinatários finais desses postais. Foi com bastante emoção que providenciámos o envio de 738 postais com a mensagem "#EuAcolho" representativa da solidariedade dos mais jovens. Mostrando que os Direitos Humanos não têm fronteiras, os postais chegaram à Amnistia Internacional da Grécia, a secção facilitadora da entrega dos postais em Lesbos.

Os postais estiveram em exposição na Escola Secundária Emídio Navarro, onde o Grupo de Viseu da AI-PT comemorou os 70 anos da DUDH e o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Estas celebrações incluíram, ainda, duas ações de EDH, envolvendo cerca de 200 alun@s. De destacar a participação de 3 alunos da oficina Multicultural que apresentaram 3 dos casos da Maratona. Mas porque queremos crescer em diversidade, apostámos, igualmente, em descentralizar a nossa atividade. No Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira a "Semana dos Direitos Humanos" envolveu toda comunidade escolar e as atividades destinaram-se aos diferentes ciclos de ensino (desde o Pré-Escolar ao Ensino Secundário). Realizaram-se ações de EDH, exposições, desenhos, mensagens e quadros-vivos alusivos à DUDH... Na entrada da escola a árvore dos DH floria, recordando a necessidade de enraizar o propósito da DUDH na consciência de todos nós.

Assim, vivemos o nosso propósito: caminhando junt@s e de braços abertos à construção de um mundo melhor.

Grupo de Viseu

GRUPO DE ESTREMOZ

"ABRIR JANELAS À LIBERDADE"

Muito em virtude de "defeito profissional" da maioria das pessoas que são membros do Grupo de Estremoz, a Educação para os Direitos Humanos (EDH) tem estado sempre no centro da nossa ação. Ao longo de 13 anos de existência realizámos sessões de EDH numa área geográfica que vai desde o norte do distrito de Portalegre (por exemplo, Gavião) até ao Alentejo profundo (Barrancos) e ao Alentejo mais próximo dos "grandes centros" (Montemor-o-Novo). Sem esquecer, claro, as escolas da nossa cidade.

No presente ano letivo, a propósito dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também em relação com a implementação da Cidadania e Desenvolvimento, o âmbito da nossa ação alargou-se. A convite dos respetivos professores/as, realizámos sessões em todas as escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, num total de 10 que, em conjunto, avaliaremos tendo em conta a sua possível continuidade.

Continuámos a dinamizar sessões nos concelhos limítrofes: Montemor-o-Novo, Monforte, Redondo, Sousel, Mora e no Agrupamento de Escolas de Estremoz. Nesta escola, a dinamização das ações foi da responsabilidade dos/as alunos/as do Projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH) da Escola Secundária Rainha Santa Isabel. Nesta escola, para além da organização das celebrações nacionais do aniversário da Convenção dos Direitos da Criança e da já "tradicional" Semana dos Direitos Humanos, são inúmeras as sessões realizadas, sendo algumas dinamizadas pelos alunos mais velhos. De destacar também que, em articulação com as professoras do Projeto EADH, se realizam todos os meses sessões interativas sobre várias temáticas de DH na Biblioteca Escolar, prática esta que se vem consolidando desde há dois anos.

A convite do professor responsável pela Licenciatura em Relações Internacionais realizámos uma sessão na Universidade de Évora para cerca de 35 alunos que se mostraram muito interessados e participativos e com vontade de formar um Núcleo da Amnistia Internacional.

Derrubar os muros do preconceito, do ódio e da discriminação que lhe estão associados e "abrir janelas" é a nossa finalidade. Um mundo mais igualitário e mais justo para todas as pessoas, é o que nos move.

"Abrir janelas à liberdade" é outro objetivo paralelo a este e que se enquadra bem nas metas estratégicas da "nossa" Amnistia: "defender liberdades". Assim, desde 2017 que nos associamos ou promovemos (como foi o caso este ano) celebrações do dia da Liberdade, 25 de Abril. Porque também sabemos que sem História e sem Memória não é possível defender os Direitos Humanos, em Portugal e em todos os lugares do mundo!

Rosalina Xarepe, Coordenadora do Grupo de Estremoz

CONHEÇA A NOSSA EQUIPA

SÉRGIO LOUREIRO

ASSISTENTE FINANCEIRO

Olá a tod@s,

O meu nome é Sérgio Loureiro e faço parte do departamento financeiro da Amnistia Internacional Portugal. Ocupo o cargo de assistente financeiro desde junho de 2014.

Como assistente financeiro, uma das minhas tarefas é ajudar o departamento a fazer o melhor uso possível dos nossos recursos financeiros e materiais. Reconheço a importância desta tarefa, que procuro fazer com o máximo rigor e transparência possível. Além disso, também faço a "ponte" entre a Amnistia e a nossa contabilista, garantindo que, no final do mês as contas batem certo. Também sou o responsável por pagar os ordenados, o que me torna muito popular. 😊

Quando entrei para a Amnistia ainda estava a finalizar o curso de contabilidade, tendo-o concluído já durante o meu trabalho aqui. Comecei a trabalhar assim que entrei na faculdade, mas nunca me tinha sido possível conciliar trabalho e estudo até então.

Felizmente tive a oportunidade de vir trabalhar para a Amnistia Internacional, que me deu todas as condições para conciliar a vida profissional e a vida académica. Finalmente senti que o meu trabalho fazia a diferença, e que não é o lucro o mais importante. Até chegar à Amnistia, sempre senti que nos sítios por onde passei se focavam mais nos resultados do que nas pessoas e que, ainda que trabalhasse com números, não devia ser esse o objetivo primordial de uma organização.

Ter vindo trabalhar para a Amnistia foi um enorme passo a caminho da minha realização pessoal, fico muito feliz por ter a oportunidade de fazer parte deste grande movimento, de pessoas para pessoas.

Apesar de estar num departamento aparentemente com menor visibilidade, sinto que o meu trabalho também é essencial na nossa luta diária para mudar o mundo, torna-lo mais justo e dar voz a quem não a tem.

Queria agradecer a todos os que leem estas linhas, conto convosco, sem o vosso apoio o nosso trabalho não seria possível.

Um muito obrigado,

Sérgio

© Andreia Carvalho

LUTAR POR UM MUNDO MELHOR AGORA É (MAIS) FÁCIL!

Artistas e celebridades nacionais juntaram-se este ano à Amnistia Internacional para promover a sua **campanha de IRS 2019**, que mostra como é fácil – e sem qualquer custo - para todos os portugueses e portuguesas contribuírem para um mundo melhor.

Foi com enorme simpatia que 13 personalidades (Inês Castel-Branco, Manuel Moreira, Pedro Fernandes, Ana Sofia Martins, Benedita Pereira, Sílvia Alberto, João Cabeleira e Tim, dos Xutos e Pontapés, Custódia Gallego, Kalaf, Romeu Costa, Ivo Canelas e Capicua) aceitaram o convite para dar o seu testemunho sobre direitos humanos e sobre como pequenos gestos, como o da consignação de 0,5% do IRS, podem ter um grande impacto no trabalho da Amnistia Internacional de promoção da liberdade, igualdade e da justiça.

A campanha decorreu entre abril e junho e esteve presente em meios como a rádio, televisão, meios de transporte, *outdoors*, entre outros.

É para nós muito importante agradecer a todas as pessoas e entidades que tornaram possível esta campanha, principalmente à produtora Show Off, cujo apoio foi essencial na realização e produção desta campanha.

TELL THE WORLD ABOUT US

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA DE **RUNE ERAKER**
SOBRE **LIBERDADE E DIGNIDADE HUMANA**

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA (PORTO)
Edifício da antiga Cadeia da Relação

A PARTIR DE 13 DE JULHO